

A expressão do passado imperfeito na obra de Fernão Lopes: uma análise diacrônica

A. M. Santos & R. M. Ko. Freitag

*Núcleo de Letras, Grupo de Estudos em Linguagem, Interação e Sociedade, Universidade Federal de Sergipe,
49500-000, Itabaiana-SE, Brasil*

amanda.lettras@yahoo.com.br

(Recebido em 30 de outubro de 2009; aceito em 30 de novembro de 2009)

No transcorrer da conversação informal, recorremos a duas formas verbais para indicar o valor de passado imperfeito: o pretérito imperfeito do indicativo (IMP) *cantava*; e a forma perifrástica constituída pelo auxiliar *estar*, acompanhado do morfema de pretérito imperfeito do indicativo e verbo principal no gerúndio (IMP V+ndo), *estava cantando*. Este trabalho, que tem como campo de atuação a Linguística Histórica, busca fazer uma análise histórico-diacrônica das formas que indicam passado imperfeito no português arcaico. A “Chonica de El-Rei D. João I” (1644), do cronista português Fernão Lopes, é analisada para que possamos verificar as alterações das funções semântico-discursivas que as formas verbais referentes ao passado imperfeito podem ter sofrido ao longo do tempo. Com este estudo, buscamos comprovar que textos arcaicos, anteriores às propostas de normatização da língua portuguesa, servem como corpus de análise para verificarmos os processos de variação e mudança de uma determinada língua.

Palavras-chave: Passado imperfeito, variação, mudança, Fernão Lopes

In the informal conversation, we turned to two verbal forms to indicate the semantic-discursive value of imperfective past: pretérito imperfeito do indicativo (IMP), ‘cantava’; and periphrastic form (PPROG), ‘estava estudando’. This text, in historical linguistic field, purposes a historic and diachronic approach of the verbal forms that codify imperfective past in Old Portuguese. The “Chonica de El-Rei D. João I” (1644), by Fernão Lopes, a Portuguese chronist, is analyzed to show what modifies in semantic-discursive functions of imperfective past may be suffering in the time ago. With this study, we demonstrate that archaic texts – prior to the proposed standardization of the Portuguese language – serve as a corpus to verify the processes of variation and change in a particular language.

Keywords: Imperfective past, variation, change, Fernão Lopes

1. INTRODUÇÃO

A Linguística Histórica, campo de estudo da presente pesquisa, desenvolveu-se durante o século XIX, sedimentando os estudos linguísticos. A dinâmica das línguas é basicamente o objeto de estudo deste campo teórico, pois esta área da linguística concebe a língua como um fenômeno que está em constante movimento, não estático, e, portanto, passível de mudanças, alterando-se continuamente no tempo e no espaço [1]. Sendo assim, pode-se dizer que essa disciplina tem a função de observar as mudanças que ocorrem na língua no transcorrer do tempo, recorrendo, desta forma, ao eixo diacrônico.

O português falado apresenta duas formas verbais para expressar o valor de passado imperfeito: o pretérito imperfeito do indicativo (IMP), e a forma perifrástica constituída pelo auxiliar *estar*, acompanhado do morfema de pretérito imperfeito do indicativo e verbo principal no gerúndio (IMP +Vndo), como podemos observar, respectivamente, nos exemplos (1) e (2) abaixo:

(1) *Eu dançava.*

(2) *Eu estava dançando.*

De acordo com estudos sincrônicos, ambas as formas funcionam como equivalentes em determinados contextos que ocorrem na comunicação informal [2]. Tomando como base as formas verbais apresentadas, busca-se como objeto de análise verificar dentro da obra de Fernão Lopes, mais especificamente a “Chonica de El-Rei D. João I”, como se dá o processo de variação na expressão do passado imperfeito, a fim de constatar a recorrência do uso das formas verbais em análise, e se possuem no português arcaico a mesma função que possuem atualmente.

(3) “... *mormente se dizia, que ElReu de Castella prendera o Inffante Dom Iohão*”... (p.26).

(4) “*O Conde Iohão Fernandez não (estava) dizendo porém a razão*” (p.22)

A investigação pauta-se na Sociolinguística [3], que defende a ideia de que é possível observarmos dois estados diferentes da língua para verificarmos qual a relação que há entre elas. Para que este estudo seja possível é necessário recorrermos aos dados históricos; desta forma, podemos analisar os fenômenos de variação e mudança presentes nas línguas. A seguir, fazemos um panorama histórico a fim de proporcionar uma melhor compreensão acerca do período em que viveram os cronistas do português arcaicos, a função das crônicas, a importância da Torre do Tombo na referida época, o papel dos cronistas da corte, enfatizando também as figuras de Fernão Lopes e do rei D. João I.

2. A FUNÇÃO DAS CRÔNICAS NO PERÍODO ARCAICO

Estudos relativos à periodização da língua portuguesa apontam que a primeira fase do português arcaico se encerra no final do século XIV. Quanto à segunda, não há uma data precisa, porém, alguns estudiosos, entre eles Ivo de Castro, defendem que, provavelmente, a segunda fase do português arcaico deve ter terminado na primeira metade do século XVI, mais precisamente no ano de 1536, pois nesse período surge o primeiro estudo metalinguístico referente à língua portuguesa, com a publicação da *Gramática de Língua Portuguesa* de Fernão de Oliveira e em seguida, a gramática de João de Barros (1540), que dá início ao português moderno [4]. Dados linguístico-históricos indicam que os primeiros manuscritos medievais surgiram a partir do início do século XIII, pela necessidade administrativa de se organizar fatos relativos à sociedade. Porém, os documentos produzidos neste período se restringiam à elite intelectual, que geralmente era ligada à religião e aos nobres. Estes registros não seguiam uma normatização, pois nessa fase, os textos eram produzidos muito mais para serem ouvidos, do que propriamente lidos.

Tomando como parâmetro de referência os períodos acima e os dados apresentados, constata-se que, em termos linguísticos, o período arcaico português caracteriza-se pela oralidade, sendo assim, as pessoas escreviam sem necessariamente seguirem uma regra, escreviam da forma que falavam, que ouviam, não havia um sistema ortográfico responsável pelo regimento da língua escrita. No entanto, apesar de não haver uma normatização linguística, havia certa regularidade entre os manuscritos, que era guiada por aqueles que podemos chamar de “mestres da escrita”. Estes, geralmente eram homens ligados diretamente à nobreza, conhecidos como “os cronistas da corte”, eram os responsáveis por toda a documentação referente ao reino.

Os cronistas exerciam sua função dentro da corte régia e eram incumbidos da tarefa de registrar os feitos do rei, para que estes não se perdessem no transcorrer do tempo. Essa documentação era reunida em forma de crônica. O gênero textual “crônica” foi a forma que os cronistas encontraram para registrar o passado no período medieval. As crônicas produzidas em Portugal no final da Idade Média foram normalmente elaboradas por membros eruditos da corte, ou a pedido de alguém oriundo da casa real, que patrocinava a compilação [5].

Os cronistas da corte tinham um papel fundamental no que se refere à preservação da memória de Portugal, pois eles tinham a função de registrar os feitos dos reis, para que estes não fossem esquecidos, sempre com o propósito de enaltecê-los, de fazer com que o povo os

comparasse à figura de um salvador. Para isso, diversas vezes, os cronistas recorriam à religião, descrevendo o rei com um messianismo exacerbado.

As crônicas tinham como principal lugar de produção o palácio régio, e procuravam traçar para Portugal uma identidade peculiar, que girava em torno da figura do rei, concedendo ao monarca e ao reino um ar de sacralidade. Os cronistas poderiam ser considerados os jornalistas de hoje, só que não escreviam para o dono do jornal e sim para o rei; assim, as crônicas procuraram, de um lado, traduzir as aspirações do poder ao qual serviram, de outro, construir a imagem desse poder através da retrospectiva do passado inspirada no presente.

No caso português, principalmente a partir da dinastia de Avis, a função das crônicas estava associada à Torre do Tombo, uma espécie de arquivo real ou “instituição de memória”, em que as crônicas eram escritas em forma de textos de caráter religioso, doutrinário e filosófico, assim como, em documentos oficiais, pois a escrita ainda não era consolidada, e a partir de dados recolhidos de experiências vivenciadas e testemunhos diversos, os cronistas faziam seus escritos e os fundamentos para interpretar o mundo. Enfim, a Torre do Tombo era o local onde se guardava todos os documentos do rei e onde se elaborava toda a história do reino, sendo o ocupante do cargo de cronista-mor o responsável por registrar e executar essa tarefa.

Dentre os cronistas-mores, chamamos atenção para a figura de Fernão Lopes, autor de uma grandiosa obra que, até os dias atuais, serve de corpus para diversos estudos. Fernão Lopes nasceu aproximadamente em 1380 e faleceu em 1460. Foi cronista de D. João I e guarda-mor das escrituras da Torre do Tombo. Em 1414, por ordem do infante D. Duarte, começa a redigir as Crônicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal, e posteriormente, as Crônicas de D. Pedro e D. Fernando, e as duas primeiras partes da Crônica de D. João I, sendo que a terceira parte desta crônica foi redigida pelo seu sucessor, Eanes de Zurara [6].



Figura 1: Fernão Lopes. Disponível em: http://www.vidaslusofanas.pt/fernao_lopes.htm

Dentre as obras citadas de Fernão Lopes, podemos perceber que há uma relevância com relação às Crônicas de D. João I, em detrimento das demais. Podemos encontrar uma justificativa plausível para esse fato se traçarmos um paralelo entre os anos de 1383, em que aconteceu em Portugal a Revolução de 1383 e 1385, ano que D. João I sobe ao trono como rei. Para isso, se faz necessário um breve apanhado acerca desse monarca que, devido a um contexto de conflitos pelo qual passava Portugal, revela-se como um defensor do povo português [7].

D. João I (1357 – 1433) nasceu em Lisboa e era filho ilegítimo do Rei D. Pedro I de Borgonha e de D. Tereza Lourenço. O monarca português foi o fundador da dinastia de Avis, da qual fizeram parte mais oito reis que firmaram a independência de Portugal, promovendo a expansão territorial e as grandes descobertas marítimas, e por isso, nesse período, o referido país foi caracterizado como uma grande potência mundial [5].



Figura 2: D. João I. Disponível em: http://www.vidaslusofonas.pt/d_joao_i.htm

Na segunda metade do século XIV, dois acontecimentos foram decisivos para a história de Portugal: a revolução de 1383, e a subida de D. João I ao trono do país em 1385, um momento político bastante conturbado da história portuguesa. Esse período de instabilidade tem início quando D. Fernando, irmão mais velho de D. João I, lega em testamento a regência do reino a sua esposa, D. Leonor. Esta, por sua vez, não gozava de prestígio perante a população portuguesa, e, além disso, estava diretamente ligada aos interesses de Castela. A aversão que o povo português tinha à rainha era tanta que a Revolução de 1383 acabou tomando corpo de revolta [7].

Toda a atmosfera de oposição que foi criada entre a população e a rainha regente de Portugal fez com que esta, durante sua fuga, pedisse auxílio ao rei de Castela, para que assim ela pudesse recuperar o controle do reino. Com a fuga da rainha D. Leonor e a invasão Castelhana, cria-se um grande conflito dinástico em Portugal, que se caracterizava como um elemento de desordem social, e é nesse contexto que entra em cena a figura do Mestre de Avis, D. João, que por motivos políticos, assassina o amante da rainha e conseqüentemente começa a ser aclamado pelo povo, entrando no cenário político e ascendendo logo em seguida ao trono português.

Como já foi mencionado anteriormente, Fernão Lopes ficou incumbido da tarefa de narrar, seis décadas depois, a pedido de D. Duarte, os feitos de D. João I, sempre com a finalidade de enaltecê-lo, de mostrar à sua população que ela tinha um bom rei, e que este por sua vez estava apto para exercer as suas funções, enquanto governante de Portugal. Lopes transferiu para sua obra, a “Chonica de El-Rei D. João I” (1644), toda a crise de sucessão, e os anseios sociais decorrentes de um período que foi totalmente decisivo para a história do país. Dessa forma, a obra deste cronista tem uma importância inegável, pois não só constrói um mito a partir da imagem messiânica de D. João, revelando-o como um herói lisboeta, como também colabora para a descrição da história portuguesa.

Diante do que foi exposto, percebe-se que, para que se possa realizar um estudo linguístico-histórico, é necessário recorrermos a informações que estão bastante recuadas na linha do tempo. Portanto, para cada documento pesquisado linguisticamente, convém fazermos todo um processo de busca e reconstrução da história textual de cada um deles. Isso, muitas vezes, justifica a dificuldade que se tem para a realização dos estudos diacrônicos no âmbito da linguística. No entanto, não podemos esquecer de que esses estudos nos oferecem um suporte bastante relevante no que concerne à descrição da língua portuguesa, e são imprescindíveis para os estudos que enfocam os processos de variação e mudança da língua.

Agora que já vimos toda a contextualização do período arcaico, focaremos as noções linguísticas das categorias de *tempo* e *aspecto*, na seção a seguir.

3. TEMPO E ASPECTO

Por caracterizarmos o nosso objeto de análise como sendo um tempo passado imperfectivo, mas especificamente as formas de IMP e IMP + Vndo, e que tem como *ponto de referência* um momento anterior ao *ponto de fala*, é necessário levantarmos uma discussão acerca da distinção existente entre as categorias de **tempo** e **aspecto**, bem como os elementos aspectuais responsáveis pela constituição da imperfectividade.

O tempo é uma propriedade de predicção cuja interpretação tem de ser remetida pela situação de fala. É assim que se podem representar a anterioridade, a simultaneidade e a posterioridade. O tempo também depende da noção de intervalo ou de duração entre um ponto e outro [8].

No sistema linguístico do português, o tempo verbal é responsável por manifestar experiências que estão intrinsecamente vinculadas a um determinado tempo/referenciação temporal, capaz de indicar situações vinculadas à noção de estado, processo e ações. Notam-se três referenciações temporais que podem ser situadas na linha do tempo mediante o *momento da enunciação*, são eles: presente, passado e futuro. Através do ponto de fala (tempo verbal presente), é possível identificarmos situações em relação à referência passada ou futura.

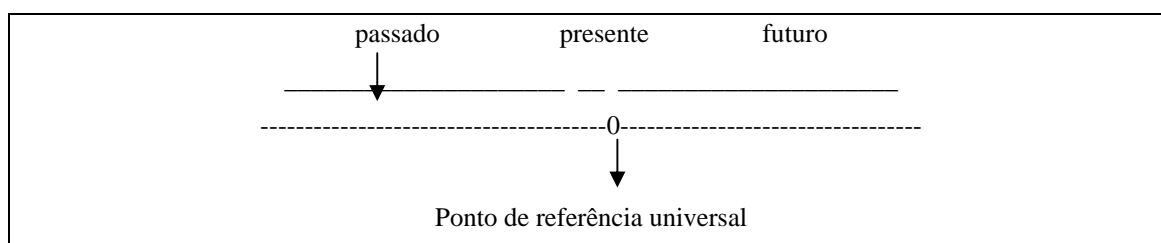


Figura 3: Tempos verbais [9]

O entendimento do esquema da figura 3 é bastante simples: se a situação ocorre à esquerda do ponto de referência, como é o caso ilustrado, significa que está localizada na referenciação temporal passada; quando localizada à direita, situa-se na referenciação temporal futura.

Em função do não reconhecimento das formas emergentes para expressar as relações temporais, existe uma discussão por parte de gramáticos quanto à nomenclatura utilizada para essas formas, pois são denominadas tanto de locuções verbais, quanto de perífrases. Existem controvérsias quanto à utilização de ambas as denominações, como também à equivalência das suas funções. Por opção metodológica, no decorrer deste estudo, não faremos qualquer distinção referente a essas formas, porém adotamos a denominação de *perífrase* para nos referirmos à forma verbal constituída pelo auxiliar estar, acompanhado do morfema de pretérito imperfectivo do indicativo e verbo principal no gerúndio, como nos exemplos (5)-(6), extraídos da obra analisada.

(5) “... começou tanto de dar nos entendimentos do povo, ~q á porta principal da igreja **estavão fazendo** que não deitavão o Bispo a fundo?”

(6) “**Estava falando** alguns da morte do Conde de Iohão Fernandez, onde se começam os feitos de estre allegão...” (p.14).

Já a categoria do aspecto está relacionada ao domínio temporal interno, marcando ou não as estruturas internas do fato, ou seja, diz respeito às diversas formas de se perceber a constituição temporal interna de um fato. Desta forma, percebe-se que esta categoria linguística não está vinculada necessariamente ao ponto dêitico, ou seja, não importa a localização do falante no momento da sua fala. “As noções semânticas de aspecto são as noções de duração, instantaneidade, começo, desenvolvimento e fim” [10]. Percebe-se que se refere à maneira como o tempo transcorrido é considerado nos limites da situação. A marcação do tipo de aspecto pode ser considerada uma escolha estilística por parte do falante, negociada no momento enunciativo, uma vez que o falante escolhe em marcar ou não seu enunciado, a partir

do nível de importância que ele atribui, para que o ouvinte note a temporalidade interna do fato [2, 10]. Grosso modo, o aspecto focaliza a forma como os fatos se desenvolvem no decorrer da enunciação, dividindo-se em perfectivo e imperfectivo. Interessa-nos o aspecto imperfectivo, que revela toda a temporalidade interna do fato, a duração do acontecimento, quando ele começa, seu meio e seu fim, expressando cursividade, algo que está em curso, em desenvolvimento. Esse tipo aspectual é responsável por mostrar as etapas de uma determinada situação, por isso, pode-se dizer que se trata de um fato marcado, como podemos observar respectivamente nos exemplos (7)-(9):

(7) “Mandou ao seu escrivão da Puridade q’ fizesse h-ua carta pera o Mestre Daviz seu irmão, em q’ lhe **mandava e encomendava**, q’ vista aquella carta, tivesse geito de matar o conde Iohão Fernandez...” (p.22).

(8) “Elles, não embargando esto, quantas vezes o Mestre **cavalgava** pela Villa, **era** assim acompanhado do commum, como se das mãos deles cahissem thesouros..” (p.87).

(9) “... **hia** elle muitas vezes a casade Álvaro Paez algumas horas com o Conde, & outras a departe falar com elle sobre a morte do Conde Iohão Fernandez... (p.39).

Observe-se que as formas verbais destacadas referem-se às situações que denotam extensão temporal, não há um fato encerrado, mas o desenrolar de determinados acontecimentos. Nesse caso específico o narrador optou por enfatizar o caráter durativo das situações. O aspecto imperfectivo contrasta com o perfectivo. Uma situação imperfectiva é aquela em andamento em relação a um ponto de referência específico, seja presente ou passado. O imperfectivo é o sentido mais geral e mais abstrato da aspectualidade [11]. O aspecto imperfectivo apresenta algumas subdivisões (figura 4).

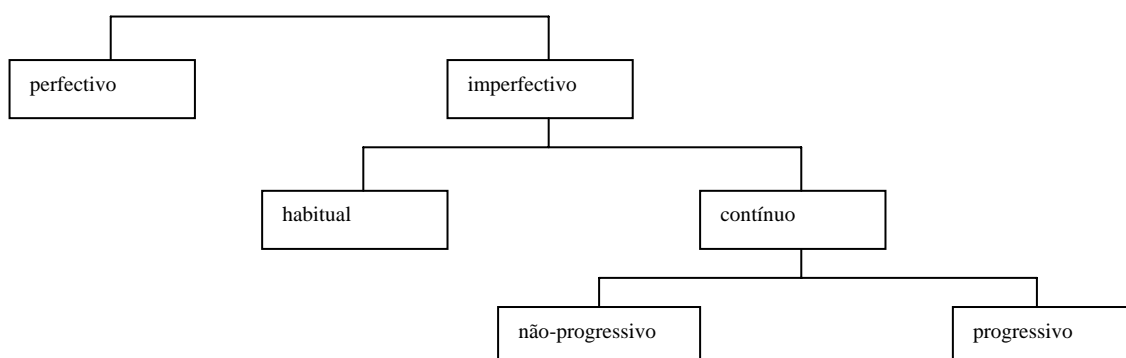


Figura 4: Classificação da oposição aspectual [11]

Interessa-nos especificamente as noções de contínuo e progressivo, ilustradas respectivamente (10) e (11):

Contínuo/não-progressivo: configura-se por estar em andamento em relação a um ponto de referência, seja uma situação dinâmica ou estática.

(10) “O Conde disse que sabia todo, que lhe aguardava sua boa vontade, & que já tempo fora, que houera talente deo poer em obra, mas que por entonce não auia jeito azado de o poer fazer” (p.30)

Progressivo: codifica uma situação em andamento em relação ao ponto de referência em predicados dinâmicos.

(11) “... *hia elle muitas vezes a casade Álvaro Paez algunas horas com o Conde, & outras a departe falar com elle sobre a morte do Conde Iohão Fernandez...* (p.39).

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O corpus de análise da expressão do passado imperfectivo no período arcaico é constituído pela “Chonica de El-Rei D. João I” (1644), de Fernão Lopes, retirada do Corpus Histórico do Português *Tycho Brahe*, versão transcrição diplomática. Seleccionamos a forma de pretérito imperfecto do indicativo (IMP) e a forma perifrástica, constituída pelo auxiliar *estar* acompanhado do morfema de pretérito imperfecto do indicativo e verbo principal no gerúndio (IMP + Vndo). A forma de IMP é caracterizada como a forma verbal simples, contemplada pelas gramáticas normativas, como podemos constatar nos exemplos (12)-(14) que seguem:

(12) “*E conde bem **entendia**, que de taes pessoas não era seguro, não dando porem a entender nada, mas seu grande estado, & guardamentos, que por azo delle havião grandes desembargos DelRey, & da Rainha, o **fazia** segurar*” (p.16).

(13) “*E falando huns com os outros **dezião**. Que estamos fazendo? Tomemos este homem por defensor...*”(p.85).

(14) “*Não sohou isto assim **simprimente** nas orelhas dos grãdes senhores, e fidalgos, ~q lhe não gerasse grande, & assinado desejo de vingança de deshonna Del Rey D. Fernando; mas o poer esto em obra **embargavão** muyto duas coisas*” (p.16).

Estabelecemos dois critérios para identificarmos as formas perifrásticas: a perífrase explícita e a perífrase elíptica. A perífrase explícita é aquela tida pelas gramáticas normativas como locução verbal, dois verbos juntos sendo que um atua como auxiliar e o outro como principal, assumindo uma das formas nominais. Porém, detivemo-nos a analisar somente aquelas formas compostas por gerúndio, como podemos constatar nos exemplos (15)-(17):

(15) “*Outros **aficavão pedindo** escadas para sobir acima pera verem o que era do Mestre, & aos em todo esto era o arroio tam grande, que senão **entendião** huns aos outros, nem determinavam nenhuma cousa*” (p.55).

(16) “... *começou de ir rijamente, & ao galope encima do cavalo, em que **estava dizendo** a altas vozes bradando pella rua. Matão o Mestre, matão o Mestre no Paços da Rainha, acorreyao Mestre, ~q o matão*” (p.53).

(17) “... *e foi determinado que era proveitosa por estas razões, que era ditas auemos, e outras muitas que alguns **assinavam dizendo** q’ era bem de ser cometido, & serião que resposta davão a ele...*” (p.100).

Na perífrase elíptica aparece apenas o gerúndio, desta forma deve-se recuperar a referenciação temporal a qual esta forma nominal está relacionada, levando-se em conta todo o contexto ao qual ela se insere, como podemos verificar a seguir, em (18)-(20):

(18) “*Este (**estava**) **vivendo** em casa DelRey, & sendo muito doente de gota, veyo pedir a ElRey por merce fosse, & o aposentasse em Lisboa, onde tinha suas casas, & assentamento*” (p.28).

(19) “*O mestre (**estava**) **dizendo** que não curassem daquello, & elles todos **aprofiando** que sy*” (p.73).

(20) “*O Mestre (**estava**) **ouvindo** suas boasm & muy tas rezões, com grande vontade, que dello havia...* (p.33).

Cabe frisar ainda que alguns verbos que tinham muita recorrência na forma imperfectiva foram retirados do corpus de análise, tais como, haver, ter, ficar, estar, ser, porém permaneceram na análise quando encontrados na forma perifrástica. Após a coleta das ocorrências de IMP e IMP + Vndo, no momento em que expressam o valor de passado imperfectivo, foram feitas as correlações necessárias com os fatores: *forma verbal*, *tipo de aspecto imperfectivo*, *tipo verbal*, *tipo de discurso* e *extensão da situação*. A coleta dos dados restringiu-se a 253 dados, sendo que 187 referem-se ao imperfectivo e 66 à perífrase. Os dados foram submetidos à análise estatística do programa GoldVarb X [12], para que assim pudessemos verificar a recorrência das formas de expressão do passado imperfectivo no período arcaico.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos dados cotejados na figura 5, nota-se que a forma verbal de IMP, dentro da “Chonica de El-Rei D. João I”, possui mais recorrência em relação à forma perifrástica (IMP + Vndo). Tais resultados são constatados nos estudos sincrônicos [2].

Distribuição das ocorrências

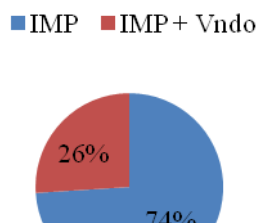


Figura 5: Total de ocorrências de IMP /IMP + Vndo para a expressão do passado imperfectivo

O controle semântico do verbo é fundamental para identificação das formas verbais. O quadro a seguir apresenta a classificação para o tipo semântico-cognitivo do verbo, relativo à expressão do passado imperfectivo [2].

Momentâneo	Atividades repentinas, instantâneas Saltar, chutar, bater, derrubar, quebrar (intencional)
Específico	Evoca uma imagem específica Escrever, beber, desenhar, correr
Difuso	Não evoca uma atividade específica Trabalhar, aprender, estudar
Instância	Posição corporal estática Deitar, sentar, reclinar
Estímulo mental	Sujeito da oração é o estímulo da experiência mental de outrem Impressionar, agradar, surpreender, assustar, espantar, lembrar (x lembrou y)
Transição/processo	Mudança de estado determinada pelo sujeito da oração Chegar, partir, parar
Verbal	Dicendi (introduz um discurso) Dizer, falar, perguntar, responder
Manipulativo	Sujeito da oração manipula paciente Mandar, fazer com que
Volicional	Sujeito da oração expressa emoção ou desejo Querer, desejar, sentir
Experimentação mental	Sujeito da oração é o experimentador mental Lembrar-se (x lembrou-se de telefonar), entender, pensar
Relacional	Expressa relações estabelecidas no processo humano de percepção da realidade: identidade, analogia, comparação Depender de, merecer, precisar, servir como, assemelhar-se, parecer, ser, ser como, torna-se
Existência	Ter, haver, existir

Figura 6: Tipo semântico cognitivo do verbo [2]

Assim como outros trabalhos [2, 13], esse estudo considerou as peculiaridades lexicais de cada verbo, no caso de expressarem situações polissêmicas, ou seja, um mesmo verbo pode apresentar diferentes paradigmas semânticos, como no caso de andar no sentido de movimento “andava pelo reino”, ou no sentido de estado “andava triste”, por exemplo. A figura 6 mostra a distribuição semântica-cognitiva dos verbos, que por sua vez, estão relacionados ao grau de atividade envolvida em uma dada situação. Por opção metodológica, rearranjamos a classificação das atividades da seguinte forma: atividade física, associada ao movimento físico, portanto o tipo de verbo é mais concreto; atividade cognitiva possui aspectos abstratos vinculados a introspecção, a mente, aos desejos, aos sentimentos, portanto podemos caracterizá-la como abstrata; e a atividade intermediária, a qual os verbos mantêm uma posição semântica-cognitiva ambígua, pois não se caracteriza como física, tampouco cognitiva, ficando desta forma, em um nível intermediário.

A partir da categorização verbal, Schlesinger [14] ressalta que o grau de atividade situacional deve ser avaliado do maior para o menor. Portanto, utilizamos como critério avaliativo o contínuo concreto > abstrato/difuso > genérico [13], correlacionado ao grau de dinamicidade, que está associado ao tipo de verbo e suas respectivas atividades: atividade física [+ dinâmico]; atividade cognitiva [- dinâmico]; atividade intermediária [\pm dinâmico] [2].

Os resultados apresentados na tabela 1 apontam que, ao estabelecermos separadamente, uma escala comparativa entre os verbos e suas respectivas atividades, a atividade intermediária destaca-se mediante o verbo relacional em detrimento das outras, com 92% de frequência, estando inserida no nível [\pm dinâmico]. Em seguida, constata-se a grande ocorrência do tipo verbal de transição/processo com 88%, caracterizado pela atividade física, e assim [+ dinâmico]. Logo depois, se percebe um embate entre dois tipos verbais que tiveram a mesma frequência 83%, são eles: difuso e experimentação mental. Ambos se enquadram na categoria da atividade cognitiva, sendo, portanto [- dinâmico].

Tabela 1: Distribuição do tipo semântico do verbo em função do pretérito imperfeito e da atividade física (AF), cognitiva (AC) e intermediária (I) representada pelos verbos

VERBOS	APLIC/TOTAL	%	PR
Existência (AF)	2/5	40%	0.16
Instância (AF)	3/5	60%	0.30
Momentâneo (AF)	11/14	79%	0.57
Transição/processo (AF)	42/48	88%	0.67
Relacional (I)	12/13	92%	0.78
Estímulo mental (AC)	1/3	33%	0.13
Verbal (AC)	19/48	40%	0.16
Volicional (AC)	27/33	82%	0.57
Difuso (AC)	35/42	83%	0.59
Experimentação mental (AC)	35/42	83%	0.59

A distribuição irregular da frequência dos tipos verbais não nos permite algumas generalizações. Com relação à recorrência das duas formas verbais analisadas, ou seja, IMP e a forma perifrástica (IMP + Vndo), para a expressão do passado imperfectivo, os valores absolutos mostram que, dos 253 verbos analisados na “Chonica de El-Rei D. João I”, 187 encontram-se na forma de IMP, e apenas 66 na forma de IMP + Vndo. Outro dado relevante é referente aos tipos de verbos. Verificamos que, quando analisamos de forma global, ou seja, ao contabilizarmos todos os verbos e suas respectivas atividades, os verbos de atividade cognitiva se sobressaem em detrimento dos demais; portanto, podemos concluir que a forma de IMP está associada a verbos que possuem uma escala de dinamicidade menor, se comparada com as demais atividades. O tipo semântico-cognitivo dos verbos foi selecionado como estatisticamente significativo em relação aos outros fatores controlados. A distribuição das frequências deixa clara a importância do tipo verbal, da identificação do tipo de atividade exercida pelo verbo em

questão, e do traço [dinamismo] na alternância das formas para a expressão do passado imperfeito, dentro da obra analisada.

Dentre os tipos aspectuais existentes para a expressão do passado imperfeito, destacamos os aspectos *contínuo* e *progressivo*, respectivamente (21) e (22).

(21) “... *vendo Ruy Pereira tanto pouo ao redor delle brandando todos que o **querião** por Senhor*” (p.91).

(22) “*E porque era pubrica voz, & fama que se elle **hia** pera Inglaterra...* (p.91).

De acordo com estudos sincrônicos [2], assim como os tipos semânticos-cognitivos dos verbos, o tipo de aspecto está associado a uma determinada forma verbal: o aspecto contínuo se enquadra melhor na forma de IMP, enquanto o progressivo está associado à forma perifrástica de IMP + Vndo. “A forma de IMP está relacionada à expressão dos aspectos habitual e iterativo, predicados [-dinâmicos]; a forma IMP + Vndo está relacionado à expressão do aspecto progressivo, predicados [+ dinâmicos]” [2]. Ao analisarmos os resultados da figura 7, percebemos que as constatações encontradas nos estudos sincrônicos divergem das que constatamos mediante esta pesquisa diacrônica. Como podemos perceber, das duas formas verbais analisadas tiveram mais ocorrências de IMP. No entanto, a forma de IMP é mais frequente na expressão do passado progressivo, com um percentual de 80%, e com uma frequência menor está a expressão do aspecto contínuo com 73%.

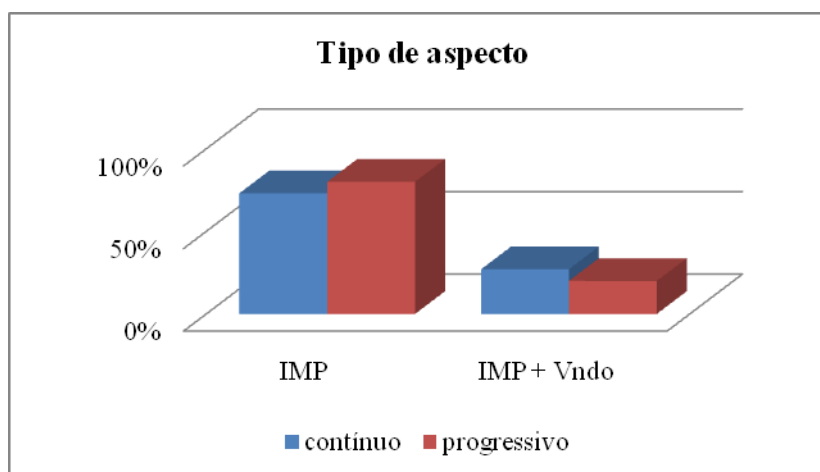


Figura 7: Distribuição das formas IMP/IMP + Vndo para a expressão do passado imperfeito em função do tipo aspectual

Essa divergência de resultados ao compararmos pesquisas guiadas pelas perspectivas sincrônicas e diacrônicas pode ser justificada pelo estilo do autor – pela maneira de escrever adotada pelo autor – pois, como sabemos, os autores possuem peculiaridades na forma de se expressarem, apropriando-se das palavras de múltiplas formas.

A *extensão da situação* foi fator significativo na variação da expressão do passado imperfeito em estudos sincrônicos [2, 15]. Na diacronia, a extensão da situação foi controlada mediante a seguinte classificação:

Instantânea:

(23) “*E em dizendo esto muito **choravão** com prazer com prazer de o ver vivo*” (p.57).

Curta:

(24) “*E que porem lhe **pedião** por merceque se não quizesse partir, mas que ficasse na cidade, cá elles o **querião** tomar por Senhor*” (p. 87).

Média:

(25) “... & dentro na Villa, a qual se não **velava**, nem tinha outra guarda, se bam as potas abertas de dia & de noite” (p.78).

Longa:

(26) “E elle **jazia** vestido, & ataquado, & hum gibão vermelho, & hua atabarda de fino panno preto cõ alhetos...” (p.70).

Na expressão do passado imperfeito as formas de IMP e de IMP + Vndo se distinguem em relação ao uso quanto à função da extensão temporal [2, 15], apesar de não existirem formas gramaticalizadas no sistema linguístico do português para especificar a extensão/duração de uma determinada situação. Assim, com relação à extensão temporal, podemos observar que a forma de IMP também predominou em relação à forma perifrástica em todas as possibilidades para extensão de intervalo de tempo. A partir das distribuições percentuais apresentadas na figura 8, nota-se uma forte restrição da forma de IMP + Vndo, com relação a situações temporais cuja extensão é classificada como *instantânea*, as quais apresentam um percentual de 18%, diferentemente da forma verbal de IMP que possui uma recorrência maior, com percentual de 82%. Nas situações cuja extensão temporal é *longa e média*, a distribuição é semelhante, tanto para a forma de IMP, 75%, quanto para a forma perifrástica, 25%. Já nas situações cuja extensão temporal é *curta* também predomina a forma IMP, com 73%, com uso ligeiramente mais restrito quanto à forma verbal perifrástica, que tem uma recorrência de 27%, um percentual mais elevado se comparado com as outras possibilidades da extensão de intervalo temporal.

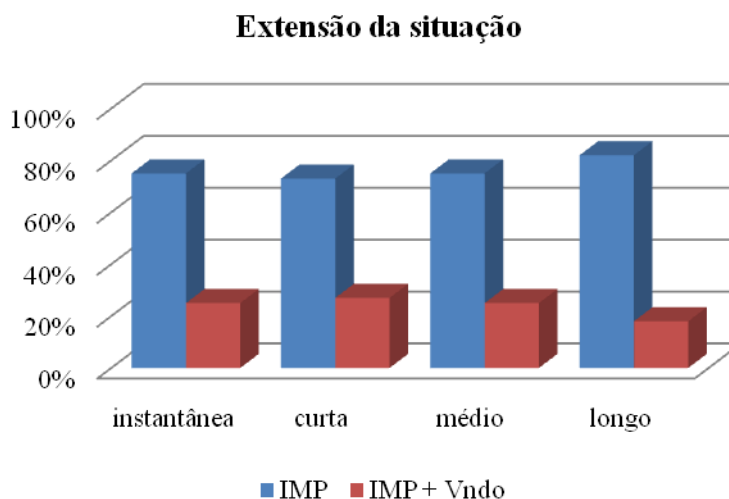


Figura 8: Distribuição das formas IMP/ IMP + Vndo para a expressão do passado imperfeito em função da extensão da situação

Dentre os fatores que contribuem para a correlação entre forma e expressão de extensão temporal no passado imperfeito, chamamos atenção para o *princípio da marcação*, que está associado a uma ordenação cognitiva que contribui para o processamento de informações, indo da forma marcada, mais complexa, até a forma não-marcada e, conseqüentemente, menos complexa [16]. Aplicando o *princípio da marcação* à extensão situacional na perspectiva sincrônica [2, 15], quanto mais extensa/duradoura for uma situação, mais esta tende a ser mais complexa, tanto em termos de estrutura, quanto de demanda cognitiva, exigindo maior esforço de processamento. A correlação entre as formas menos marcadas e situação mais marcada, ou seja, mais complexa, com relação à extensão temporal é evidenciada mediante a vinculação de IMP a situações longas, e de IMP + Vndo a situações curtas/instantâneas [2, 15]. No entanto, ao confrontarmos os resultados sincrônicos com os resultados diacrônicos, percebe-se que ambos estudos divergem com relação à associação da forma verbal IMP para a expressão do passado imperfeito quanto à extensão situacional. Dentro do estudo diacrônico, percebemos que a forma verbal de IMP está correlacionada a situações instantâneas, sendo assim, esta forma

verbal caracteriza-se como menos marcada e menos complexa se levarmos em consideração que quanto maior o intervalo temporal, maior a complexidade da estrutura discursiva.

O controle do fator *tipo de discurso* é relevante pelo fato de o corpus se tratar de uma crônica escrita no ano de 1664. O tipo de discurso foi controlado da seguinte forma:

Direto: aquele em que o narrador utiliza sua fala para narrar certos acontecimentos, sem a interferência de personagens:

(27) “*Grande licença deu afeição a muitos q’ tiveram cargo de ordenar historias, mórmente dos senhores, em cuja mercê, a terra vivião...*” (p.10).

Indireto: é aquele em que o narrador reporta a fala ou o pensamento das personagens:

(28) “*Demais que dezião que escrevera a EL-Rey de Castella, que logo trigosamente viesye ao reyno, ao vindo entendião todos, que não er, savo por se asenhorear delles...*” (p. 83).

Citação: a fala das personagens é fielmente reproduzida:

(29) “*E como foi feita tornou a ElRey, e disse. Senhor, vos me mandais fazer esta carta; resimindolhe ~q janda era...*” (p.22).

Na figura 9, podemos perceber que a forma IMP é a mais recorrente nos três tipos discursivos em análise, evidenciando, mais uma vez, que esta forma verbal é a mais recorrente no que se refere à expressão do *passado imperfectivo*. Dentre os tipos de discurso, percebe-se a recorrência do discurso direto associado à forma IMP, com um percentual de 76%, enquanto a perífrase apresenta apenas 24%. Em seguida, vem o discurso indireto, com um percentual de ocorrências de 71% para a forma IMP, e 29% para a forma IMP + Vndo. Por fim, as ocorrências da citação computam 60% para a forma IMP e 40% para a forma perifrástica. Vale ressaltar que dentre os dados cotejados não foi identificada nenhuma ocorrência do discurso indireto livre.

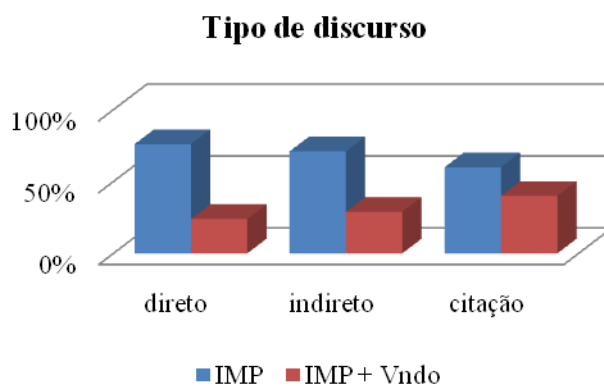


Figura 9: Distribuição das formas IMP/ IMP + Vndo para a expressão do passado imperfectivo em função do tipo de discurso

Uma explicação para a predominância do discurso direto pode estar relacionado ao contexto histórico e a função que o gênero *crônica* desempenhava nessa época. O período arcaico foi marcado por grandes transformações e conquistas, principalmente no que diz respeito ao âmbito religioso e político. Muitos dos acontecimentos estavam relacionados à figura do rei, sendo assim, havia uma necessidade de registrar os seus feitos, para que estes não se perdessem ao longo dos anos, essa era a função das crônicas. Os acontecimentos eram narrados, isso pode explicar a grande recorrência ao discurso direto, durante o período medieval.

Analisando a variação das formas de IMP e IMP + Vndo na expressão do passado imperfectivo durante o período arcaico, podemos constatar a recorrência do IMP em detrimento da forma perifrástica (IMP + Vndo) e a forte correlação do tipo verbal relacional à forma IMP. A forma de IMP está mais associada a verbos que possuem menor dinamicidade e está correlacionada com situações instantâneas. Em relação ao aspecto de imperfectivo, as duas

formas em análise se adequam melhor ao aspecto progressivo. Com relação ao tipo de discurso, há uma predominância do discurso direto, devido ao contexto em que o corpus foi produzido.

6. CONCLUSÃO

A par das observações esboçadas, podemos constatar que textos arcaicos, anteriores às propostas de normatização da língua portuguesa, servem como corpus de análise para verificarmos os processos de variação e mudança de uma determinada língua. Com base neste estudo diacrônico notamos que a forma verbal de IMP é utilizada de forma bastante acentuada, se comparado com a forma de IMP + Vndo. Esse dado é visível tanto no período arcaico como nos dias atuais como mencionado anteriormente. Portanto a partir desses dados, e alicerçados nos princípios da sociolinguística variacionista, podemos perceber que ambas as formas atuam como variantes de uma mesma variável linguística, ou seja, o uso de uma ou de outra pode ser alternado de acordo com o contexto ao qual a função ocorre, e que ao longo do tempo o que houve foi uma variação estável, com relação às formas de IMP/IMP+Vndo, no que concerne a expressão do passado imperfectivo.

-
1. FARACO, C. A. *História da língua: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo, Parábola Editorial, 2005.
 2. FREITAG, R. M. Ko. *A expressão do passado imperfectivo no português: variação/gramaticalização e mudança*. Tese do Doutorado em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007, 242 p.
 3. LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo, Parábola Editorial, 2008.
 4. MATTOS e SILVA, R. V. *Caminhos da linguística histórica*. São Paulo, Parábola Editorial, 2008.
 5. SODRÉ, J. D. *João Mestre de Avis*. Disponível em: http://www.vidaslusofanas.pt/d_joao_htm. Acesso em 29/10/2008.
 6. LOURES, Carlos. *Fernão Lopes*. Disponível em: http://www.vidaslusofanas.pt/fernao_lopes.htm. Acesso em 15/11/2008.
 7. SOUZA JUNIOR, A. M. A dinastia de Avis e a realeza do século XV. In: *XII Encontro Regional de História Anpuh-Rio*, 2006, p. 188-198.
 8. CASTILHO, A. T. Aspecto verbal no português falado. In: ABAURRE, M. B. M; RODRIGUES, A. C. S. (Eds.). *Gramática do português falado*. Campinas, Editora da Unicamp, 2002, p. 83-121.
 9. COAN, M. *Anterioridade a um ponto de referência passado: pretérito (mais que) perfeito*. Dissertação do Mestrado em Linguística Universidade Federal de Santa Catarina, 1997, 177 p.
 10. BORBA COSTA, S. B. *O aspecto em português*. São Paulo, Contexto, 1990.
 11. COMRIE, B. *Aspect*. Cambridge, Cambridge University Press, 1976.
 12. SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. *Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows*. Department of Linguistics of University of Toronto, Department of Mathematics - University of Ottawa, 2005.
 13. TAVARES, M. A. *A gramaticalização de E, AÍ, DAÍ, e ENTÃO: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista*. Tese de Doutorado da Universidade Federal de Santa Catarina, 2003, 307 p.
 14. SCHLESINGER, I. *Cognitive space and linguistic case*. Cambridge, Cambridge University Press, 1995.
 15. FREITAG, R. Atuação da marcação na gramaticalização das formas de passado imperfectivo no português: o ponto de referência. *Estudos Linguísticos*, 38: 155-166 (2009).
 16. GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/ Philadelphia, John Benjamins Publishing, 1995.